

A Aquisição da Linguagem e a Integração Social: A LIBRAS como formadora da identidade do surdo

*Luana de Sousa Queiroz¹
Juliana de Alcântara Silveira Rúbio²*

Resumo

A criança ouvinte está constantemente privilegiada com todas as situações que garantem a ela a aquisição de uma língua natural (oral auditiva) que permitirá seu conhecimento de mundo. Já para a criança surda não há garantias quanto à interação em sua língua natural: a Língua de Sinais (exceto os filhos de pais surdos). É necessário que a criança surda adquira a Língua de Sinais como primeira língua para construção de sua identidade, para depois ser posta em contato com a segunda língua majoritária – Português – visando assim seu pleno desenvolvimento cognitivo e social.

Palavras chave: Aquisição da Linguagem, Surdo, LIBRAS, desenvolvimento cognitivo e integração social.

1.Introdução

A história nos traz inúmeras tentativas de encontrar uma solução para a problemática da comunicação na surdez. Num primeiro momento a tentativa de instruir os surdos veio como uma necessidade para manter a herança das famílias abastadas, além do interesse de religiosos em educá-los para salvação de suas almas.

Um grande marco na educação dos surdos se dá no Congresso de Milão em 1880, onde é adotado o oralismo puro. Décadas mais tarde, diante do fracasso dessa imposição, novas filosofias surgem, buscando aliar língua oral e sinais buscando não somente a educação como também a integração social das pessoas com surdez.

Este artigo mostra a importância da aquisição da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como primeira língua do surdo, proporcionando o seu desenvolvimento cognitivo e contribuindo para a formação de sua identidade, para que o mesmo se constitua como sujeito, se sinta participante de uma comunidade e se integre socialmente. Este tema contém forte apelo social, pois tem sido amplamente discutido desde a oficialização da Língua

¹ Aluna do curso de pós-graduação em Psicopedagogia Clínica Educacional da FAC- São Roque.

² Mestre em Educação pela UNESP. Professora Orientadora.

Brasileira de Sinais (LIBRAS) em abril de 2002 (Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002) por todos os surdos oralizados e por todos os profissionais que trabalham com surdos.

A visão equivocada da LIBRAS como simples gestos simbólicos, ou como uma língua inferior a Língua Portuguesa ainda persiste e é extremamente prejudicial, pois traz um retrocesso na educação dos que não podem ouvir numa sociedade ouvinte e excludente.

Para realização deste trabalho, foi realizada pesquisa bibliográfica acerca da surdez, educação e linguagem.

Num primeiro momento fez-se um breve histórico da educação dos surdos no mundo, as correntes filosóficas coexistentes em nosso país e a legalização da LIBRAS no Brasil.

Em segundo apresenta-se a conceituação da aquisição da linguagem pela criança surda, a participação da família nesse processo e a sua integração social.

A intenção é que através desse artigo possamos lançar mão de preconceitos e fazer uma reflexão acerca do diferente, tendo a convicção de que o ser humano possui uma natureza plástica e dinâmica, onde não há limites para se fazer entender e ter o direito a uma vida normal.

2. História da Educação de Surdos no Brasil

No Brasil, a educação dos Surdos teve início durante o Segundo Império, com a chegada do educador francês Ernest Huet, ex-aluno surdo do Instituto de Paris, que trouxe o alfabeto manual francês e a Língua Francesa de Sinais. Huet apresentou documentos importantes para educar os surdos, mas ainda não havia escolas especiais. Solicitou, então, então ao Imperador Dom Pedro II, um prédio para fundar, em 26 de setembro de 1857, o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). O Instituto inicialmente utilizava a Língua de Sinais, mas em 1911 passou a adotar o oralismo puro, seguindo a determinação do Congresso de Surdos-Mudos de Milão.

O Instituto tinha vagas para 100 alunos do Brasil todo e somente 30 eram financiados pelo governo que oferecia educação gratuita. Os alunos tinham de 9 a 14 anos e participavam de oficinas de sapataria, encadernação, pautação e douração.

Na década de 1970, com a visita de Ivete Vasconcelos, educadora de surdos da Universidade Gallaudet, chegou ao Brasil a filosofia da Comunicação Total e na década seguinte, a partir das pesquisas da professora linguista Lucinda Ferreira Brito sobre a Língua Brasileira de Sinais e da professora Eulalia Fernandes, sobre a educação dos surdos, o

Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014

Bilinguismo passou a ser difundido. Atualmente, estas três filosofias educacionais ainda persistem paralelamente no Brasil.

Outros Institutos fizeram parte da história da educação de Surdos no Brasil, como o Instituto Santa Terezinha, fundado em 1929, inicialmente em Campinas e transferido para São Paulo em 1933. Até o ano de 1970 funcionou como internato para meninas surdas, passando depois desta data a aceitar meninos surdos e trabalhar com o conceito de integração no ensino regular. Atende atualmente até o Ensino Fundamental e é de natureza particular. Outra Instituição é a escola Municipal de Educação Especial Helen Keller, fundada em 1951, pelo então prefeito de São Paulo, Dr. Armando de Arruda Pereira. Outra instituição de suma importância é o Instituto Educacional São Paulo - IESP. Fundado em 1954, foi doado em 1969 para a PUC/SP e atualmente é referência para pesquisas e estudos na área de deficiência auditiva.

2.1 A Língua de Sinais

As línguas de sinais são naturais, pois surgiram do convívio entre as pessoas. Elas podem ser comparadas à complexidade e expressividade das línguas orais, pois pode ser passado qualquer conceito, concreto ou abstrato, emocional ou racional, complexo ou simples por meio delas. Trata-se de línguas organizadas e não de simples junção de gestos. Por este motivo, por terem regras e serem totalmente estruturadas, são chamadas Línguas.

As línguas de sinais diferenciam-se das línguas orais porque se utilizam de um meio visual-espacial, ou seja, na elaboração das línguas de sinais precisamos olhar os movimentos que o emissor realiza para entendermos sua mensagem.

As línguas de sinais possuem mecanismos morfológicos, sintáticos e semânticos. O canal usado nas línguas de sinais (o espaço) pode contribuir muito para a produção de sinais que estejam mais em contato com a realidade do que puramente as palavras.

Como todas as outras, as línguas de sinais estão em constante mudança com novos sinais, sendo introduzidos pela comunidade Surda de acordo com sua necessidade.

As línguas de sinais não são universais. Cada uma possui sua própria estrutura gramatical. A língua de sinais, assim como a língua oral é a representação da cultura de um povo. Para Sacks (2010, p.105), “A língua de sinais é para os surdos uma adaptação única a

Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014

um outro modo sensorial; mas é também uma corporificação da identidade pessoal e cultural dessas pessoas.”

Países com a mesma língua oral possuem línguas de sinais diferentes. Um exemplo, é o caso de Brasil e Portugal. Por mais que esses países possuam a mesma língua oral, possuem língua de sinais diferentes.

2.2 A Língua Brasileira de Sinais

A língua brasileira de sinais (LIBRAS) é a língua de sinais (língua gestual) usada pela maioria dos surdos brasileiros e é reconhecida por Lei. É derivada da língua gestual francesa; por isso, é semelhante a outras línguas de sinais da Europa e da América. A LIBRAS não é a simples gestualização da Língua Portuguesa, e sim uma língua à parte.

Da mesma forma que nas línguas orais-auditivas existem palavras, nas línguas de sinais também existem itens lexicais, que recebem o nome de sinais. A diferença é sua modalidade de articulação (visual-espacial). Assim, para se comunicar em LIBRAS, não basta apenas conhecer sinais; é necessário conhecer a sua gramática para combinar as frases, estabelecendo comunicação. Os sinais surgem da combinação de configurações de mão, movimentos e de pontos de articulação — locais no espaço ou no corpo onde os sinais são feitos, os quais, juntos compõem as unidades básicas dessa língua. Como qualquer língua, também existem diferenças regionais, portanto deve-se ter atenção às variações praticadas em cada unidade da Federação.

2.3 A legalidade da LIBRAS

A Lei nº. 10.436, de abril de 2002, reconheceu a Língua Brasileira de Sinais. A mesma lei determinou que fossem garantidas formas institucionalizadas de apoiar o uso e a difusão da LIBRAS como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. A Lei estipulou que as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde garantissem atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva. Especificou que o sistema educacional garantisse a inclusão do ensino da LIBRAS nos cursos de formação de Educação Especial, Fonoaudiologia e de Magistério em seus níveis médio e superior.

Essas providências foram regulamentadas pelo Decreto nº. 5.626, de dezembro de 2005, que elaborou um cronograma para que as instituições de ensino médio e superior incluam a disciplina de LIBRAS no currículo, a partir da publicação do documento. Em até três anos, 20% dos cursos deverão oferecer a disciplina; em até cinco anos, 60%; em até sete anos, 80%; e em dez anos, 100% dos cursos de cada instituição deverão ter a disciplina no currículo. O processo de inclusão da LIBRAS como disciplina curricular deve começar nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas.

O decreto dispôs, além da regulamentação, sobre a formação do professor e do instrutor de LIBRAS, do uso e da difusão da LIBRAS e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação, da formação do tradutor e intérprete, da garantia do direito à educação e à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva e do papel do poder público.

2.4 Filosofias Educacionais para Surdos

Bilinguismo

Tem como pressuposto básico a necessidade do surdo ser bilíngue. O princípio dessa corrente é que a criança surda aprenda a língua de sinais como sua primeira língua (L1), pois é a língua natural do surdo, para posteriormente aprender a língua do grupo ouvinte de sua comunidade (L2).

Nessa proposta, a L2 não precisa ser necessariamente a língua falada, mas sim a língua escrita do idioma de seu país. Essas duas línguas não devem ser utilizadas simultaneamente para que suas estruturas sejam preservadas.

O conceito mais importante que esta filosofia traz é que os surdos formam uma comunidade com cultura e línguas próprias.

Santana (2007, p.86), parafraseando Nascimento (2002) enfoca que ao assumir a abordagem bilíngue, a função mais importante da fonoaudiologia seria:

[...] esclarecer os pais do papel da língua de sinais na constituição da subjetividade do surdo. Essa língua que ele adquire espontaneamente convivendo com outros surdos o permite sentir-se “dono da linguagem”. Em um segundo momento, o fonoaudiólogo pode trabalhar, então, com as técnicas de oralização e leitura labial,

para aqueles surdos que se dispuserem a aprendê-las, desenvolvendo, assim, estratégias de comunicação com o ouvinte.

A aquisição da LIBRAS pela criança surda, ao contrário da língua oral, deve ocorrer espontaneamente, ou seja através do diálogo. O surdo não necessita de aulas de LIBRAS e sim de conviver com indivíduos que tenham fluência nessa língua.

O bilinguismo acredita que dominando a Língua de Sinais é mais fácil para o surdo perceber alguns aspectos da língua oral, já que ele tem exemplos da Língua de Sinais para seguir.

Comunicação Total

Em meados da década de 1970, diante da insatisfação dos educadores da época com os resultados do oralismo, propõe-se uma nova forma de educação dos surdos, denominada Comunicação Total.

É uma proposta educacional que baseia-se na visão do Surdo como pessoa, em que não se pode isolar uma privação sensorial. Tem como principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes.

O objetivo é fornecer à criança a possibilidade de desenvolver uma comunicação real com seus familiares, professores e colegas, a fim de que ela possa construir seu mundo interno; para isso ela pode utilizar qualquer forma de linguagem.

Uma das críticas feitas a essa corrente é que por propor o uso da fala e do sinal simultaneamente, a língua de sinais não se desenvolve como uma língua propriamente dita, e com isso o surdo não alcança um efetivo desenvolvimento linguístico. Goldfeld (2002, p.110) enfatiza que

A língua carrega uma cultura e é por ela que o indivíduo constitui sua consciência. Não se pode, assim, fragmentar uma língua, pois com isso perdem-se seus valores, seus dados históricos e culturais. Esse é o grande erro da Comunicação Total. Por outro lado, essa filosofia contribuiu enormemente para a análise de diversos problemas do surdo, como bloqueio de comunicação e suas consequências, como, por exemplo, a agressividade.

Esta filosofia preocupa-se com a aprendizagem da língua oral pelo surdo, mas acredita que os aspectos cognitivos emocionais e sociais não devem ser abandonados devido o aprendizado exclusivo da língua oral.

A Comunicação Total acredita que a Língua de Sinais é fundamental para o indivíduo surdo, assim como as demais formas de comunicação, ou seja, a oralização, o aparelho de amplificação sonora individual (AASI), gestos naturais, expressão facial, alfabeto digital, leitura orofacial, leitura da escrita e principalmente o Bimodalismo (utilização simultânea, por parte dos interlocutores, de um código oral e manual), ajudando assim o surdo a desenvolver o vocabulário, linguagem e conceitos de ideias entre o surdo e o ouvinte.

O ganho que esta filosofia trouxe foi a possibilidade do surdo ter novamente o contato com os sinais, que havia sido proibido no oralismo.

Oralismo

Esta abordagem nasce após o Congresso de Milão, em 1880 e perdura até aproximadamente a década de 1970. Nesse congresso, educadores de todo o mundo se reuniram para discutir a melhor maneira de educar o surdo e, por quase unanimidade de votos, decidiu-se pela educação por meio da fala, estando a partir desta data proibido o uso de qualquer tipo de sinais nas escolas.

Os surdos e suas comunidades, como os povos dominados, foram proibidos de utilizar suas línguas, de contarem suas piadas, de dividirem suas ideias. No lugar dessa língua proibida lhe ofereceram outra, extremamente importante para seu convívio com a sociedade em geral, mas também extremamente difícil de ser aprendida e praticamente impossível de ser adquirida por meio do diálogo, de forma espontânea. (GOLDEFELD, 2002, p.117).

Tem como característica principal a ideia de que o surdo necessita aprender a língua oral de seu país possibilitando assim integrar-se à comunidade ouvinte.

O oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Enfatiza a amplificação do som e a importância do aprendizado da fala, através de um trabalho intensivo de estimulação auditiva e de fala, aproveitando-se dos resíduos auditivos.

Essa filosofia não faz uso da Língua de Sinais, pois acredita que sem a língua oral, o surdo fica restrito a sua própria comunidade, não tendo assim a possibilidade de comunicar-se com a sociedade em geral. O aprendizado da língua oral pelo surdo é difícil e o processo é muito longo, podendo durar de 8 a 12 anos, dependendo de inúmeros fatores, como a época da perda auditiva, o grau da perda, a participação da família, entre outros.

O surdo (portador de surdez severa ou profunda) não tem condições de adquirir a língua oral naturalmente. Necessita sempre de terapia fonoaudiológica que possa oferecer estimulação sistematizada da língua oral.

Nesse processo a família é orientada a não permitir o uso dos sinais, além de ser responsável pelos excessivos treinamentos de fala.

Nota-se que a aquisição da linguagem pelos surdos é muito mais complexa do que se imagina. Trata-se de um processo que conta com a participação de profissionais da área da saúde e educação e principalmente das escolhas que a família opta por fazer para educação de seus filhos.

3. Aquisição da linguagem pela criança

A criança ouvinte, assim como a surda possuem suas características linguísticas inatas. As obstruções ao desenvolvimento normal dessas capacidades é que farão a diferença com relação à aquisição da língua.

Nascemos com nossos sentidos; eles são “naturais”. É possível desenvolvermos sozinhos, naturalmente, as habilidades motoras. Mas não podemos adquirir sozinhos uma língua: essa capacidade insere-se numa categoria única. Não se pode desenvolver uma língua sem alguma capacidade inata essencial, mas essa capacidade só é ativada por uma outra pessoa que já possui capacidade e competências linguísticas. É somente por meio de transação (ou, como diria Vygotsky, “negociação”) com outra pessoa que a linguagem é desenvolvida. (SACKS, 2010, p.59)

A aquisição da linguagem pela criança surda ainda é alvo de grandes debates. Por um lado estão os médicos que enxergam a surdez como uma deficiência e, portanto buscam a normalização, utilizando-se dos recursos disponíveis, seja através do uso de aparelho de amplificação sonora individual (AASI) ou recorrendo às novas tecnologias com o uso do implante coclear ³. Do outro lado estão os profissionais da área pedagógica que buscam diminuir os estigmas, tratando comumente o surdo como diferente, defendendo o uso da língua de sinais como língua natural do surdo. É importante citar o papel principal da família na busca de uma solução para o problema de comunicação na surdez. Essa solução irá

³ O implante coclear é um dispositivo eletrônico de alta tecnologia que estimula eletricamente as fibras nervosas remanescentes, permitindo a transmissão do sinal elétrico para o nervo auditivo, a fim de ser decodificado pelo córtex cerebral.

O funcionamento do implante coclear difere do Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI). O AASI amplifica o som e o implante coclear fornece impulsos elétricos para estimulação das fibras neurais remanescentes em diferentes regiões da cóclea, possibilitando ao usuário, a capacidade de perceber o som.
Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014

envolver uma série de fatores como: qual método adotar (linguagem oral/língua de sinais), qual abordagem optar (oralismo, bilinguismo, comunicação total), entre outros. Além disso, é importante citar a pressão social exercida sobre os surdos, pois a definição do que é normal ou anormal não envolve apenas questões biológicas, mas principalmente questões sociais.

Santana (2010, p. 22) nos traz uma breve reflexão com relação às cobranças exercidas sobre os surdos:

Surge uma série de dicotomias quando discutimos o tema surdez, e estas refletem as diferentes posições que os surdos têm de tomar diante da impossibilidade de ouvir. Não são posições tomadas ao acaso, tampouco são ideologicamente neutras. Elas estão relacionadas com os conflitos e as pressões sociais que os surdos enfrentam na sociedade ouvinte: deficiente/diferente; cultura surda/cultura ouvinte; normalidade/anormalidade; linguagem oral/ língua de sinais.

Nesse embate, a criança surda é a maior prejudicada, pois como a maioria são filhas de pais ouvintes (estima-se que são 90% dos casos) costumam ter contato com a língua tardiamente, somente na educação formal por volta dos 5 a 6 anos de idade ocasionando atrasos no seu desenvolvimento cognitivo e social. O mesmo não ocorre com os surdos filhos de pais surdos, que obterão a língua de sinais naturalmente.

Quando falamos em aquisição da linguagem pela criança surda, surge outra questão abordada pelos teóricos neurolinguistas, que é o período crítico para aquisição da linguagem. Sacks (1998, p.53) expõe que essa discussão não é recente, desde 1915, o neurologista inglês Hughlings Jackson já afirmava que a língua deveria ser adquirida o mais cedo possível; caso contrário, seu desenvolvimento seria permanentemente retardado e prejudicado, com todos os problemas ligados à capacidade de proposicionar. Isso significa que a aprendizagem de uma língua não está livre do processo de maturação, ou seja, a faculdade da linguagem está intacta apenas na infância e a partir daí deteriora-se conforme o processo de amadurecimento.

Santana (2010, p.62) parafraseando Barbizet e Duizabo (1985), diz que a maturação cerebral que a criança atinge logo após o nascimento não serve de nada sem a intervenção de influências externas, adquiridas do ambiente social sob a forma de estímulos aos órgãos sensoriais. A criança absorve conhecimento por meio de contato com a mãe e com familiares, ou seja, todo processo de maturação irá depender de estímulos recebidos externamente. Todavia, não podemos fazer generalizações arbitrárias, pois, cérebro humano, por sua natureza plástica e dinâmica, é capaz de novas (re)organizações funcionais resultantes do contexto sócio histórico de que o sujeito participa. Assim, mesmo uma criança que não recebeu estímulos adequados pode vir a obter a proficiência numa língua, mesmo tardiamente, mas trata-se da minoria dos casos.

Ao receber o diagnóstico da surdez é natural que a família passe por um momento de desestruturação e negação. Cada familiar levará um tempo até a aceitação, e somente a partir daí é que conseguirão auxiliar no desenvolvimento do filho.

A posição da família com relação a surdez fará a diferença, pois sabemos que é o primeiro grupo social do qual a criança faz parte e irá adquirir conceitos e valores, além do primeiro contato com a linguagem.

Os profissionais e pais das crianças surdas devem ter consciência das consequências que a surdez provoca, ou seja, dificuldade comunicativa e de desenvolvimento das funções mentais como a abstração, memória, generalização, atenção, dedução, entre outras. Assim, devem estar sempre atentos para a necessidade de conversar e informar a criança surda. Aquilo que a criança ouvinte pode aprender informalmente, ouvindo os pais conversando, assistindo a televisão ou por intermédio de outros informantes, a criança surda deve aprender pelo diálogo direto ou observando outras pessoas conversando em Libras.(GOLDEFELD, 2002, p.166)

Se os pais recebessem orientação por parte dos profissionais sobre a importância da LIBRAS no desenvolvimento do surdo e das possibilidades de comunicação que ela oferece (uma vez que a criança pode aprender, contar sobre os seus sentimentos e situações vivenciadas), com certeza haveriam menos complicações e problemas emocionais. Daí a importância dos pais em adquirir a LIBRAS o mais rápido possível.

Por não terem pessoas proficientes com quem se comunicar, os surdos deixam de vivenciar todos os usos efetivos da linguagem. Muitos pais acabam por utilizar sinais para informar, e não para comentar, explicar, contar histórias, contar piadas. Isso pode ter implicações significativas, como atraso na aquisição da língua de sinais e, conseqüentemente, atraso cognitivo (considerando-se a inter-relação entre linguagem e cognição), impossibilitando de se constituir-se um sujeito falante e exclusão social do surdo.(SANTANA, 2002, p.117)

A mãe quando conversa com o bebê, conduz para níveis de linguagem mais elevados; ela o inicia na língua e na imagem de mundo vinculada à cultura a qual pertence. Sacks (2010, p.59) afirma que as palavras da mãe não teriam sentido para o bebê se não correspondessem a algo encontrado em sua própria vivência. É a língua da mãe, internalizada pela criança, que permite a esta passar da sensação para o “sentido”, ascender do mundo perceptivo para o conceitual. Nesse sentido, a criança ouvinte está constantemente privilegiada com todas as situações que garantem a ela a aquisição de uma língua natural (oral-auditiva) que contribuirá para o seu conhecimento de mundo, primeiramente na família, na escola e na sociedade em geral. Já para uma criança surda não há garantias quanto a interação em sua língua natural: a Língua de Sinais, exceto os filhos de pais surdos.

Sacks (2010, p.38) nos mostra a importância da aquisição da língua de sinais para crianças desde cedo:

“As crianças surdas precisam ser postas em contato primeiro com pessoas fluentes na língua de sinais, sejam seus pais, professores ou outros. Assim que a comunicação por sinais for aprendida- e ela pode ser fluente aos três anos de idade-, tudo então pode decorrer: livre intercuro do pensamento, livre fluxo de informações, aprendizado da leitura e escrita e, talvez, da fala. Não há indícios de que o uso de uma língua de sinais iniba a aquisição da fala. De fato, provavelmente ocorre o inverso.”

Lamentavelmente, a língua de sinais ainda é vista apenas como um conjunto de gestos simbólicos, ou como uma língua inferior. Essa visão faz com que os pais optem por forçar a oralização acreditando ser a melhor opção uma vez que vivemos numa sociedade ouvinte. Oliveira (1999 apud LEVY, 2009,p.80) nos mostra que:

A visão do aprendizado único da fala como processo necessário e adequado para a integração do surdo e para o seu desenvolvimento cognitivo incorpora a ideia de um limite natural para aquisição do conhecimento, assim como traz consigo a ideia de que é possível ensinar linguagem, enquanto sabemos que a linguagem não se ensina, se adquire.

A criança surda filha de pais ouvintes que é forçada a adquirir a língua oral não terá as mesmas condições de se desenvolver, além de apresentar falhas na aquisição da linguagem e problemas com a aprendizagem (atraso cognitivo), pois não foi exposta adequadamente a uma língua natural. Dessa forma ela está prejudicada na construção do conhecimento em geral e também na sua identidade.

Ao colocar o aprendizado da língua oral como o objetivo principal na educação dos surdos, muitos outros aspectos importantes para o desenvolvimento infantil são deixados de lado. Apenas profissionais que igualam o conceito de linguagem oral com o conceito de linguagem podem acreditar que os anos em que a criança surda sofre atraso de linguagem e bloqueio de comunicação (o que é inevitável quando lhe oferecem apenas a linguagem oral como recurso comunicativo) não prejudicam o seu desenvolvimento. Se, ao contrário, utilizarmos um conceito mais amplo de linguagem e se analisarmos sua importância na constituição do indivíduo, como ferramenta do pensamento e como a forma mais eficaz de transmitir informações e cultura, perceberemos que somente aprender a falar (oralizar) por meio de um processo que leva tantos anos é muito pouco em relação as necessidades que a criança surda, como qualquer outra criança, tem. (GOLDEFELD 2002, p.104)

A formação da identidade é um processo que vai se construindo através das interações com o outro e o mundo. A criança surda não deve ser privada de adquirir a Língua de Sinais, assim como deve manter contato com a comunidade surda (sem se isolar da comunidade ouvinte). A finalidade dessa interação é constituir a identidade surda, de se aceitar como uma

peessoa normal, com potencialidades e limitações, como qualquer outra. Para Oliveira (1999, apud LEVY,2009,p.80):

Se, por outro lado, enxergarmos o indivíduo na suas capacidades, e não apenas no que ele não possui, como, no caso, a audição, veremos uma outra possibilidade para seu desenvolvimento. Uma delas é o canal espaço visual para a aquisição da linguagem. Isto não como uma alternativa à falta de integridade do canal oral/auditivo, mas como uma modalidade de comunicação, como uma língua que utiliza os canais visuais e espacial dentro das possibilidades psicológicas humanas para a linguagem: a Língua de sinais.

A partir da aquisição da Língua de Sinais que a criança constrói sua subjetividade, compreendendo o que se passa ao seu redor, trocando ideias, ou seja, através da LIBRAS a criança pode dar significado ao mundo. O contato com a comunidade surda irá contribuir para a formação da identidade de pessoa surda desses sujeitos. Oliveira (1992, p.24) cita que Vygotsky tem como um de seus pressupostos básicos a ideia de que o ser humano constitui-se enquanto tal na sua relação com o outro social. É através das relações sociais que os sujeitos surdos estabelecem sua representação de mundo e de si próprio.

Do contrário, quando o surdo é marginalizado pela comunidade ouvinte, cria-se o estigma de deficiente, que impede seu desenvolvimento pleno.

Conferir a língua de sinais o estatuto de língua não tem apenas repercussões linguísticas cognitivas, mas também sociais. Se ser anormal é caracterizado pela ausência de língua e de tudo que ela representa (comunicação, pensamento, aprendizagem etc), a partir do momento em que se tem a língua de sinais como língua do surdo, o padrão de normalidade também muda. Ou seja, a língua de sinais legitima o surdo como “sujeito de linguagem” e é capaz de transformar a “anormalidade” em diferença. Isso é resultado de uma luta pela redefinição do que é considerado normal. A ideia de que surdez é uma diferença traz com ela uma delimitação de esferas sociais: a identidade surda, a cultura surda, a comunidade surda.(SANTANA, 2002, p.33)

A maior barreira com relação à comunicação na surdez se dá pelo fato dos profissionais e familiares enxergarem a surdez como uma patologia que deve ser curada. Não se trata de desvalorizar o trabalho de reabilitação realizado pelos fonoaudiólogos, mas é preciso considerar que poucos surdos atingem resultados satisfatórios. Muitos pais proíbem o uso de sinais por acreditar que o AASI ou implante coclear já possibilitam o ouvir e, portanto a fala. É preciso deixar claro que esses recursos junto com a estimulação dos resíduos auditivos, podem melhorar, mas não possibilitam uma audição semelhante a de um ouvinte.

O problema é que os pais estabelecem uma relação direta entre “ouvir a fala” e “compreende-la”, em consonância com a expectativa de alguns profissionais da área. [...] A ideia de que percepção, discriminação e significação dos sons são processos equivalentes faz os pais pensarem que, se a criança ouve ao ser chamada,

entende perfeitamente o que lhe é dito. Some-se a isso a noção de que a linguagem é uma questão de codificação e decodificação. Ou seja, ao interlocutor cabe apenas a tarefa de decodificar a fala. Mas não se pode considerar os interlocutores simplesmente como falantes, tomando a mensagem como informação entre o emissor A e o receptor B. Consequentemente, essa concepção faz a mãe acreditar que é sempre compreendida pelo filho. O que se esquece aqui é que mesmo os bons falantes não são compreendidos ou não compreendem o tempo todo. Isso porque a linguagem é um fenômeno interpretativo por excelência, e, então cabe aos sujeitos realizarem as próprias interpretações, nem sempre convergentes, do que é dito, ajustando comunicação e significação na ação interativa.(SANTANA, 2010, p.150)

A aquisição da LIBRAS é que dará condições de se desenvolver as relações interpessoais, constituindo assim o funcionamento cognitivo e afetivo promovendo a constituição da subjetividade. O surdo ao adquirir a LIBRAS como primeira língua tem a condição de desenvolver todas as suas potencialidades, para depois ser posto em contato com a língua majoritária na modalidade oral ou escrita que promoverá sua inserção social. Nesse processo a LIBRAS tem função mediadora no processo de aprendizagem da Língua Portuguesa. Para Santana (2002, p.33) o surdo ao ler uma palavra escrita em português atribui-lhe significado pela Língua de Sinais.

Goldefeld (2002, p.116) diz que a educação baseada no bilinguismo parte do diálogo, da conversação, como ocorre com crianças ouvintes, possibilitando a internalização da linguagem e o desenvolvimento das funções mentais superiores.

Na ausência da linguagem, o indivíduo surdo acaba desenvolvendo uma comunicação precária, baseada em alguns gestos ou mímicas apenas para comunicar suas necessidades básicas junto a família. É a aquisição da LIBRAS que permitirá o desenvolvimento pleno do surdo em todos os aspectos, sejam eles sociais, profissionais ou culturais.

Assim, o direito a língua de sinais e contato com a comunidade surda devem ser garantidos, possibilitando assim a formação da identidade de uma pessoa diferente, não deficiente, que possui limitações como qualquer outro indivíduo.

4.Considerações finais

Atualmente têm sido discutidas diferentes formas de inclusão dos portadores de necessidades especiais. Nesse artigo optei por focar a surdez e a importância da LIBRAS para o desenvolvimento do surdo e sua integração social.

É fato que a Língua de Sinais Brasileira ainda é vista como a simples junção de gestos até mesmo por alguns profissionais que não conferem a ela o status de Língua.

O preconceito pelo uso de uma linguagem diferente da língua majoritária oral-auditiva é muito forte e a visão de deficiente ao invés de diferente ainda impera em nossa sociedade.

Nesse contexto, vemos a necessidade de uma conscientização e uma reflexão: Será que somos todos iguais perante a lei? Será que o portador de uma deficiência, seja ela qual for, tem seus direitos preservados?

Infelizmente, sabemos que mesmo com a legalização da LIBRAS, a maioria dos surdos não tem o direito ao acesso a sua língua natural, o que acaba acarretando um atraso em seu desenvolvimento.

A língua de sinais é a única que pode ser adquirida naturalmente pelo surdo; basta que ele seja posto em contato com os seus pares. Já a língua oral pode ser aprendida, mas não adquirida espontaneamente. A pressão social para que um indivíduo sem audição adquira uma língua oral-auditiva é no mínimo contraditória.

A proposta educacional bilíngue é a que mais possibilita o desenvolvimento integral da criança surda, uma vez que respeita a sua condição proporcionando que esta se desenvolva primeiramente na sua língua natural. O contato com a comunidade surda proporciona a formação da identidade de surdo e confere a este a capacidade de domínio da linguagem, podendo assim dar significado ao mundo. A intenção não é isolar o indivíduo surdo a um grupo, mas permitir que primeiro este tenha a chance de adquirir a linguagem assim como o ouvinte. Após isso, o surdo pode ser posto em contato com a Língua Portuguesa. Pela LIBRAS, o surdo atribui significado a palavra escrita e o processo de alfabetização torna-se mais fácil.

Com relação à fala, sabe-se que é preciso ser aprendida com ajuda de profissionais. Trata-se de um processo demorado e caro, por isso pouco acessível. Nesse caso, o surdo deve ter o seu direito respeitado de decidir pela oralidade ou não.

Vemos que a família é a principal responsável pelo desenvolvimento da linguagem da criança, pois é o primeiro contato que ela estabelece. As opções feitas pelos pais ouvinte às crianças surdas farão a diferença na formação de um sujeito isolado ou de uma pessoa capaz de desenvolver-se plenamente.

A principal barreira a ser vencida é a visão de nossa sociedade excludente, que não aceita as diferenças, considerando anormal todo aquele que não se encaixa nos padrões estabelecidos.

É preciso uma nova atitude por parte dos profissionais desde o momento do diagnóstico, até o encaminhamento desta criança. Possibilitar que os indivíduos surdos desenvolvam-se em todos os aspectos, sejam eles cognitivos, emocionais e sociais, deve ser o maior objetivo, a fim de auxiliar na construção de uma sociedade mais justa, garantindo uma vida digna.

5. Referências Bibliográficas

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002.

DIZEU, Liliane C.T de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. **A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito**. Educ. Soc. Campinas, vol.26, n.91, p.583-597, Maio/Ago. 2005. Disponível em:

<http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 Set. 2011

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2ª ed. - São Paulo: Plexus Editora, 2002.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado de língua Brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez** 1ª ed. – São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

LEVY, Cilmaria C. A. da Costa; SIMONETTI, Patrícia. **O surdo em si maior**. São Paulo: Roca, 1999.

PEREIRA, Rachel de Carvalho. Surdez. **Aquisição de linguagem e inclusão social**. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

SACKS, Oliver: **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.

TAILLE, Yves de La; OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: **Teorias psicogenéticas em discussão**. 18ª ed. – São Paulo: Summus, 1992.

UNINOVE. **Educação do deficiente auditivo**. Apostila EAD. Disponível em: <http://www.uninove.br/ead>. Acesso em: 15 de agosto de 2011.